

Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância



Brasília – DF
2018

Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância



1ª edição - 1ª reimpressão
Brasília – DF
2018

2018 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <www.saude.gov.br/bvs>.

Tiragem: 1ª edição – 1ª reimpressão – 2018 – 5.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas
Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno
SAF Sul, Q. 1, Edifício Anexo, G 4º andar, B
CEP: 70058-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3315.9072/ 3315-9070
Site: www.saude.gov.br
E-mail: dapes.sas@saude.gov.br/crianca@saude.gov.br

Capa e Projeto Gráfico:

Luiza Esteves – Instituto Alana

Pesquisa e redação:

Fernanda Cury

Ilustração:

Graziela Mattar

Apoio:

BID

Elaboração:

Aline Aguiar Freitas de Lima – CGSCAM/MS
Cristiane Madeira Ximenes – CGSCAM/MS
Gilvani Pereira Grangeiro – CGSCAM/MS
Heloiza Egas – MDS
Luciana Moraes Nascimento – MEC
Késsia Oliveira da Silva – MDS
Mônica Guimarães Macau Lopes – CGSCAM/MS
Natali Pimentel Minóia – CGSCAM/MS
Renara Guedes Araújo – CGSCAM/MS
Vanessa Louise Batista – MinC

Editora responsável:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Gestão Editorial
SIA, Trecho 4, lotes 540/610
CEP: 71200-040 – Brasília/DF
Tels.: (61) 3315-7790 / 3315-7794
Site: <http://editora.saude.gov.br>
E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Revisão:

Aline Aguiar Freitas de Lima – CGSCAM/MS
Cristiane Madeira Ximenes – CGSCAM/MS
Gilvani Pereira Grangeiro – CGSCAM/MS
Mônica Guimarães Macau Lopes – CGSCAM/MS
Natali Pimentel Minóia – CGSCAM/MS
Patrícia Calazans – CGSCAM/MS
Renara Guedes Araújo – CGSCAM/MS

Equipe editorial:

Normalização: Mariana Andonios Spyridakis Pereira
Revisão: Khamila Silva e Tatiane Souza
Diagramação: Leonardo Silva

Projeto editorial:

Carolina Pasquali – Instituto Alana
Erika Pisaneschi – Instituto Alana
Laura Leal – Instituto Alana
Luiza Esteves – Instituto Alana
Raquel Franzim – Instituto Alana

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.

Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

44 p. : il.

ISBN 978-85-334-2568-2

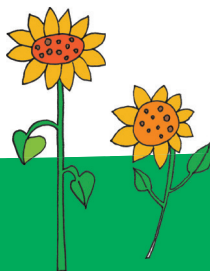
1. Primeira infância. 2. Assistência à saúde. 3. Saúde da família. I. Título.

CDU 613.953

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2018/0514

Título para indexação:

Guide to orient intersectoral actions in Early Childhood



Sumário

Apresentação	5
CAPÍTULO 1	
A primeira infância	7
O que é primeira infância?	8
Criança: sujeito de direitos	9
Saúde: atenção integral e intersetorial	11
Educação: cuidar agora, colher no futuro	13
Cultura: valorização da diversidade e das múltiplas linguagens	14
Assistência social: proteção e prevenção de violações de direitos	16
CAPÍTULO 2	
O que é importante para o desenvolvimento na primeira infância	17
Vínculo: a criança precisa perceber que é amada	18
Ambiente seguro, protegido e afetivo	21
Nutrição: aleitamento materno e alimentação adequada	26
CAPÍTULO 3	
Unindo forças pela primeira infância	27
Intersetorialidade: associa competências e multiplica resultados	28
Caderneta da Criança: passaporte para a cidadania	33
CAPÍTULO 4	
Famílias fortalecidas para a promoção do desenvolvimento infantil	37
Orientações aos pais e cuidadores de crianças de primeira infância	39
Referências	41
Bibliografia	42



Apresentação

As experiências vividas pela criança durante a primeira infância, período que vai da gestação aos 6 anos de idade, têm impacto significativo na formação do adulto que ela será no futuro. São nos primeiros anos de vida que ocorrem o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, além da iniciação social e afetiva. Estudos mostram que quanto melhores forem as experiências da criança durante a primeira infância e quanto mais estímulos qualificados ela receber, maiores são as chances de ela desenvolver todo o seu potencial. Por isso, nada mais importante do que cuidar hoje para garantir um futuro mais promissor a ela. E os cuidados passam, necessariamente, pelas políticas específicas e intersetoriais, que são responsáveis por garantir ações de promoção a um desenvolvimento infantil adequado em todos os seus aspectos.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde (MS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MinC), apresenta o *Guia para Atenção Intersetorial na Primeira Infância*, destinado aos profissionais das diversas áreas que compõem os serviços disponíveis para a comunidade no território, com o objetivo de mostrar como o contato direto com a população no seu dia a dia pode ser aproveitado para trabalhar o desenvolvimento de crianças e o empoderamento das famílias, principalmente nos casos em que há vulnerabilidade.

Este documento também se propõe a orientar os profissionais a se articularem em rede no território, unindo pessoas, ações e serviços para garantir uma atenção integral e qualificada aos adultos de amanhã.

Este Guia surge no contexto do Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, criado pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando suas famílias e seu contexto de vida. Entre as atividades do programa constam visitas domiciliares periódicas, realizadas por profissional capacitado, e ações complementares de apoio a gestantes e famílias para o desenvolvimento das crianças. O programa fortalece, ainda, a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com redução de vulnerabilidades e desigualdades e potencializa a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas.

Esperamos que o conteúdo deste Guia contribua para que cada vez mais crianças possam desfrutar de uma infância plena, com o livre direito de brincar e se desenvolver, plantando, hoje, a semente de um futuro melhor e mais digno para todo o Brasil.



CAPÍTULO 1

A primeira infância



O que é primeira infância?

É o período que vai desde a gestação até os 6 anos de idade. Pesquisas têm demonstrado que esta fase é extremamente sensível para o desenvolvimento do ser humano, pois é um período importante para construção de competências emocionais e socioafetivas e o desenvolvimento de áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado.

A importância da primeira infância

A ciência tem comprovado que a primeira infância é uma janela de oportunidades para que o indivíduo desenvolva o seu potencial, pois é nos primeiros anos de vida que a arquitetura do cérebro começa a se formar. Esse processo continua ao longo do tempo, moldado pelas experiências positivas ou negativas vividas e compartilhadas, principalmente, com seus pais, parentes e cuidadores em geral. Por isso, a proteção é essencial: problemas graves logo no início da vida, como violência familiar, negligência e desnutrição, podem interferir no desenvolvimento saudável do cérebro. Por outro lado, vínculos fortes e o estímulo adequado geram benefícios que vão desde o aumento da aptidão intelectual – que favorece o acompanhamento escolar e diminui os índices de repetência e evasão – até a formação de adultos preparados para aprender a lidar com os desafios do cotidiano.

Por que investir na primeira infância?

Nos últimos anos, governos e sociedade entenderam que priorizar a infância é uma estratégia inteligente que permite maiores ganhos sociais e econômicos. O investimento na primeira infância mostra potência para reduzir iniquidades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis. Diversos estudos vêm demonstrando que quanto mais se investir em saúde, educação e na construção de ambientes seguros e livres de violência para as crianças, menos será necessário gastar no futuro para frear os efeitos que a falta desses recursos traz.



Criança: **sujeito de direitos**

A legislação brasileira avançou nos últimos anos para garantir a proteção necessária dos direitos da criança e do adolescente. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, dispõe que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”



Estatuto da Criança e do Adolescente

A prioridade conferida pela Constituição Federal é consagrada ainda pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança, além de assegurar-lhe todas as oportunidades que facilitem seu desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e oportunidade, respeitando sua condição peculiar de sujeito em desenvolvimento.

O ECA determina que a criança e o adolescente tenham direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, por serem sujeitos de direitos civis, humanos e sociais. O direito à liberdade compreende, além do direito de ir e vir, a liberdade de opinião, expressão, culto religioso, liberdade de brincar, praticar esportes e divertir-se, participar da vida em família, em sociedade e na vida política, assim como buscar refúgio, auxílio e proteção. Já o direito ao respeito é descrito no artigo 17 do ECA como a “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Reafirma o artigo 18 do ECA que é dever de todos zelar pela suprema dignidade de crianças e adolescentes, colocando-os a salvo de qualquer forma de tratamento desumano, aterrozante, constrangedor, bem como qualquer espécie de violência, seja física, psicológica ou moral.

Marco Legal da Primeira infância

Em 8 de março de 2016, foi publicado o Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece, na Lei nº 13.257, princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, considerando como questões prioritárias a saúde, a alimentação, a educação, a convivência familiar e comunitária, a assistência social, a cultura, o lazer, o espaço e o meio ambiente.

Prioridade Absoluta

Para dar visibilidade e contribuir para a eficácia do artigo 227 da Constituição Federal, foi criado, em 2013, pelo Instituto Alana, o projeto Prioridade Absoluta, que coloca as crianças em primeiro lugar nos planos e preocupações da Nação, por meio de ações que dão destaque às necessidades da primeira infância. O projeto tem a missão de informar, sensibilizar e mobilizar pessoas para que sejam defensoras e promotoras dos direitos das crianças nas suas comunidades.



Saúde: atenção integral e intersetorial

O Ministério da Saúde, como gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS), publicou a Portaria GM/MS nº 1.130, de 5 de agosto de 2015, que instituiu a **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc)**, que tem como objetivo promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno mediante atenção e cuidados integrais e integrados desde a gestação até os 9 anos de idade, com especial zelo à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando a um ambiente facilitador à vida, com condições dignas de

existência e pleno desenvolvimento, e à redução da morbimortalidade.

A Pnaisc é resultado de um processo de construção interfederativa, realizada ao longo de quatro anos de trabalho por estados, municípios e governo federal. Possui princípios e diretrizes a serem considerados na elaboração dos planos, dos programas, dos projetos e das ações de saúde voltados para crianças e está estruturada sobre sete eixos estratégicos, descritos a seguir:



Os sete eixos estratégicos da Pnaisc:

1) atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido:

consiste na melhoria do acesso, cobertura, qualidade e humanização da atenção obstétrica e neonatal, integrando as ações do pré-natal e o acompanhamento da criança na atenção básica com aquelas desenvolvidas nas maternidades, conformando-se uma rede articulada de atenção;

2) aleitamento materno e alimentação complementar saudável:

estratégia ancorada na promoção, na proteção e no apoio ao aleitamento materno, iniciando na gestação, considerando-se as vantagens da amamentação para a criança, a mãe, a família e a sociedade, bem como a importância de estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis;

3) promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral:

consiste na vigilância e no estímulo do pleno crescimento e desenvolvimento da criança, em especial do “Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI)”, por meio da atenção básica à saúde, conforme as orientações da Caderne-ta de Saúde da Criança, incluindo ações de apoio às famílias para o fortalecimento de vínculos familiares;

4) atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas:

consiste em estratégia para o diagnóstico precoce e a qualificação do manejo de doenças prevalentes na infância e nas ações de prevenção de doenças crônicas e

de cuidado dos casos diagnosticados, com o fomento da atenção e da internação domiciliar sempre que possível;

5) atenção integral à criança em situações de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz:

consiste em articular um conjunto de ações e estratégias da rede de saúde para a prevenção de violências, acidentes e promoção da cultura de paz, além de organizar metodologias de apoio aos serviços especializados e processos formativos para a qualificação da atenção à criança em situação de violência de natureza sexual, física e psicológica, negligência e/ou abandono, visando à implementação de linhas de cuidado na Rede de Atenção à Saúde e na Rede de Proteção Social no território;

6) atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade:

consiste na articulação de um conjunto de estratégias intrasetoriais e inter-setoriais para inclusão dessas crianças nas redes temáticas de atenção à saúde, mediante a identificação de situação de vulnerabilidade e risco de agravos e adoecimento, reconhecendo as especificidades deste público para uma atenção resolutiva;

7) vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno:

consiste na contribuição para o monitoramento e a investigação da mortalidade infantil e fetal e possibilita a avaliação das medidas necessárias para a prevenção de óbitos evitáveis.

Educação: cuidar agora, colher no futuro

A criança que vive experiências positivas na primeira infância, ou seja, que tem acesso à saúde e à educação de qualidade, que cresce em um ambiente seguro e recebe afeto e atenção, sofre menos estresse e tem melhores condições de aprendizado. Nesse sentido, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a 5 anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida em creches, onde são atendidas crianças de zero a 3 anos, e pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos. Esses locais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados. Com uma vida escolar plena de oportunidades e relações sociais fortalecidas, as crianças têm mais sucesso na alfabetização e desenvolvem habilidades que as ajudarão a enfrentar os desafios do futuro.

Atendimento em creches

Os educadores das creches devem assumir o compromisso com o atendimento de qualidade, voltado para as necessidades fundamentais da criança, assegurando-lhe seu bem-estar e seu desenvolvimento saudável. Há creches nas quais as crianças ficam em tempo integral, retornando para suas casas diariamente. Como ali permanecem por longas horas, a qualidade da educação e o cuidado devem respeitar a dignidade e os direitos básicos das crianças, desempenhando um papel vital no seu desenvolvimento psicológico, físico, social e cultural. Dessa forma, os critérios para unidade das creches assegura que as

crianças tenham direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante. As equipes devem procurar desenvolver relações de trabalho cordiais e afetivas. É importante, ainda, tornar o espaço acolhedor para receber e conversar com as famílias.

O Marco Legal da Primeira Infância define que a expansão da educação infantil seja feita de maneira a assegurar a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedecem a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação, com profissionais qualificados conforme dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com currículo e materiais adequados à proposta pedagógica.

“As crianças, quando bem-cuidadas, são uma semente de paz e esperança.”

Zilda Arns Neumann,
Última Conferência, Haiti, 2010.

Cultura: valorização da diversidade e das múltiplas linguagens

A cultura é fundadora das ações e dos pensamentos das pessoas a todo o momento. Muitas vezes, é compreendida como expressão artística, contudo, ela reflete o nosso modo de vida. Assim, um olhar renovado para a vida infantil é uma prática cultural que define uma mudança profunda e relevante na sociedade como um todo. Na família, na creche, na escola, no hospital, na praça ou em qualquer outro lugar em que as crianças estejam presentes, as práticas devem ter compromisso com a ludicidade. O tempo e o espaço do brincar e as várias linguagens da criança expressam sua forma de viver e conviver com a sociodiversidade e a biodiversidade.

Assim, a plenitude do desenvolvimento humano terá seu fluxo contínuo, e a criança despertará para a realidade cultural em que está inserida como produtora de cultura, não apenas como receptora. Nesse sentido, os diversos serviços sociais e educativos precisam estar conectados à vida no território, valorizando a identidade local, propiciando a interação e o conhecimento das crianças sobre as manifestações e as tradições culturais brasileiras: seus costumes, culinárias, memórias, contos populares, práticas construtivas, lendas, mitos, provérbios, crenças, adivinhas, cantigas e canções, danças, autos, romanceiros, entre outros. Ressalta-se a importância do reconhecimento, da valorização e do respeito à interação das crianças com os elementos culturais dos diversos povos e etnias que compõem o território brasileiro, como negra, afro-brasileira, indígena, cigana, oriental, latina, europeia, população rural, ribeirinha e da floresta.

A promoção da igualdade, da diversidade e da identidade de gênero, ao ser tratada desde a infância, cria possibilidades e diminui preconceitos na relação com as múltiplas formas de constituição familiar, trabalhando de maneira positiva questões que se distanciam de estigmas socialmente construídos. As linguagens das crianças merecem ser valorizadas em sua diversidade, estimulando-se a criatividade, a expressão, a opinião, as interações, as brincadeiras e a imersão em diferentes manifestações artísticas, favorecendo o progressivo domínio de várias formas de expressão: corporal, gestual, verbal, cênica, plástica, dramática, circense, musical, audiovisual, entre outras.

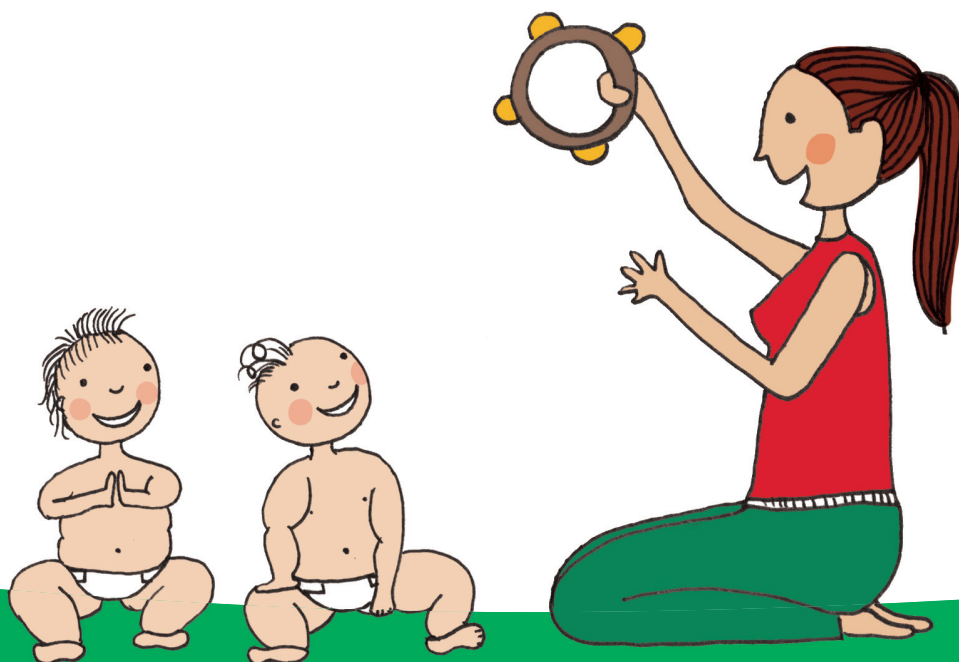


O adulto e a criança

O adulto, ao se deparar com a singeleza da infância, pode fazer despertar em si um novo modo de viver no mundo. Para tanto, será preciso se voltar à curiosidade e ao interesse de conhecimento da criança em relação a si mesmo, às pessoas de sua convivência, ao mundo físico e social, ao tempo, à natureza, às tecnologias, à sociodiversidade e biodiversidade e à sustentabilidade da vida na Terra. Caso observe bem os movimentos infantis, identificará uma cultura própria da infância que merece ser lembrada e incentivada em si e com a criança que ensina.

A criança imita o adulto nos hábitos, nos costumes, nos modos de vida, nas relações interpessoais etc., mas também cria e imagina, faz de conta e encena, inventa um mundo novo. Isso é ser produtora de cultura! Por isso, é capaz de trazer novos elementos para a construção de modelos culturais a serem incorporados. Artistas e mestres da cultura brasileira precisam

fazer parte da educação das crianças e da convivência familiar, escolar e comunitária. O lúdico e a arte, quando presentes nas relações e nos vínculos, são promotores de saúde, de liberdade, de igualdade social e de ética, favorecendo o desenvolvimento integral da criança e sua inserção sociocultural com fluidez e profundidade. É assim que se produz cidadania e compromisso social desde a infância.



Assistência social: proteção e prevenção de violações de direitos

As ações da Assistência Social voltadas para crianças de zero a 6 anos consideram todo o contexto familiar e comunitário em que estão inseridas. Nesse sentido, pautam-se na garantia dos direitos sociais das crianças e dos demais membros que integram as famílias, reconhecendo a condição peculiar de dependência da criança e as singularidades, inclusive quanto aos aspectos que possam interferir nas dinâmicas familiares nas demandas de cuidado.

A chegada de um novo membro demanda uma série de adaptações, o que inclui habilidades para a convivência, a redistribuição de tarefas e de funções domésticas, reajustes financeiros, a reorganização de espaços na residência, além do conhecimento e do reconhecimento entre o bebê e as pessoas que já compunham a família.

Em algumas situações, a chegada de um bebê não planejado ou a frustração de expectativas, somadas à necessidade de promover mudanças nas dinâmicas familiares, podem desencadear ou acentuar fragilidades nos vínculos. A Contextos de vulnerabilidade social e territorial, aliados à fragilidade dos laços familiares e comunitários podem contribuir para tornar mais complexas as adaptações demandadas pela chegada de um novo membro.

O papel da política pública de Assistência Social é intervir no contexto de vulnerabilidades em que essas famílias estão inseridas, desenvolver ações que previnam a fragilização de vínculos e minimizem os riscos aos quais possam estar expostas e fortale-

cer suas potencialidades por meio de estratégias que promovam o seu protagonismo e empoderamento.

Para prevenir a fragilização dos vínculos e protegê-los, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, oferece à população uma série de serviços e benefícios, além do Programa Bolsa Família. Além disso, no Ministério do Desenvolvimento Social, foi criado o Programa Criança Feliz, que traz, entre outras propostas, a visita domiciliar regular de uma equipe qualificada às gestantes e famílias com crianças de até 6 anos, a fim de promover o fortalecimento do seu papel de proteção e de cuidado para o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária, de forma integrada aos serviços da Assistência Social.

Nos serviços da rede socioassistencial, as ações realizadas com as crianças e suas famílias propõem reflexão sobre as questões vivenciadas em seu dia a dia e estratégias para potencializar os seus ativos. As atividades lúdicas, como a realização de brincadeiras entre as crianças e os adultos, são algumas dessas estratégias e auxiliam na aquisição de repertórios de comunicação mais efetivos, no desenvolvimento de relações de afetividade construtivas, na valorização da cultura local e dos conhecimentos tradicionais da comunidade, na socialização, no sentimento de pertencimento, na construção de projetos de vida, na participação social, entre outras.

CAPÍTULO 2

O que é importante para o desenvolvimento na primeira infância



O desenvolvimento saudável na primeira infância depende basicamente de três pilares:

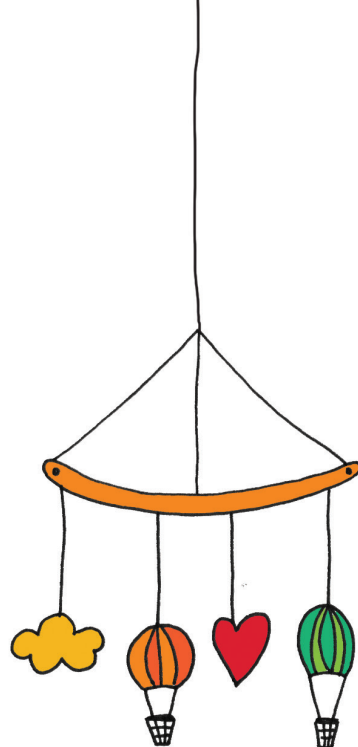
- vínculos afetivos estáveis;
- ambiente seguro e protegido;
- nutrição adequada.

Vínculo: a criança precisa perceber que é amada

Pesquisas desenvolvidas ao longo do século XX por estudiosos da infância demonstram que a afetividade e o vínculo são absolutamente necessários para um desenvolvimento saudável e criativo, assim como a valorização do que a criança sabe fazer de melhor: brincar e criar. A relação que se estabelece entre o adulto cuidador e o bebê é de extrema importância, pois o adulto tem a capacidade de acolher as manifestações do bebê (choro e expressões corporais) e, então, passar a atender, com carinho, às suas necessidades físicas e emocionais.

O começo de tudo

O vínculo entre a mãe e o bebê começa a se formar na gravidez, muito antes do nascimento. É um processo de comunicação complexo e sutil, mas que possibilita uma troca íntima e profunda, que vai além do fornecimento de nutrientes para o desenvolvimento do feto. Conforme os meses de gestação avançam, o feto vai tornando-se capaz de registrar e compreender as emoções da mãe, expressadas pelos batimentos cardíacos e pelos hormônios liberados na corrente sanguínea. Após o nascimento, colocar o bebê em contato com a pele da mãe durante a primeira hora de vida é muito importante, porque possibilita o aleitamento materno e contribui para o fortalecimento do vínculo entre ambos.



Pai presente

A participação do pai em todo o processo da chegada do bebê pode trazer benefícios para a mulher, para a criança e para o próprio homem. O ideal é que esse envolvimento comece desde o planejamento reprodutivo e se fortaleça durante o pré-natal, parto e pós-parto. Exercer o direito à licença-paternidade, estimular o aleitamento materno e apoiar a parceira, compartilhando os prazeres e os afazeres relacionados à chegada do bebê, são atitudes que podem gerar vínculos afetivos saudáveis e maior qualidade de vida para todos. Estudos recentes mostram que a participação do pai no pré-natal e nos cuidados com a criança após o nascimento contribui para diminuir a violência na família e o abandono do lar.

Formação do vínculo no cuidado diário

Quando a mãe e o pai (ou outro cuidador) compreendem, interpretam e respondem com carinho e sensibilidade às manifestações do bebê (de fome, frio, calor, prazer, desamparo...), um vínculo forte vai se formando. A criança percebe que existe uma base segura na qual pode confiar e se sente confortável, aceita e protegida. Esse conjunto de sensações, sentimentos e atitudes fundamentais para o bebê vai além dos cuidados com sua sobrevivência física e influenciará em todo o seu futuro. É um elo invisível que se estabelece aos poucos, com pequenos gestos de afeto no dia a dia.

Sentimento que rende frutos

O bebê é um ser totalmente dependente. Ele chega a um universo novo e diferente e experimenta sensações pouco agradáveis se comparadas às do ambiente quentinho do ventre materno. Por isso, o relacionamento estabelecido com quem cuida dele é fundamental para ajudá-lo a suportar e entender as mudanças no novo mundo em que sua personalidade vai se desenvolver. O vínculo forte com seus pais e cuidadores tem a capacidade de ajudar na prevenção de problemas de comportamento na idade pré-escolar e de favorecer a aprendizagem da criança na idade escolar. A proteção do corpo dos pais ou cuidadores, bem como o calor, os gestos de delicadeza, a empatia e a proteção, deixam o bebê seguro e confortável emocionalmente para fazer novos contatos com esse universo desconhecido.

É preciso amor e sensibilidade para vivenciar tais aspectos emocionais que, desde o início, vão permear o vínculo com a criança. Ela precisa não apenas ser compreendida, mas também perceber que ocupa um lugar de importância na vida das pessoas ao seu redor.



A linguagem lúdica

Brincar está entre as melhores ferramentas para o alcance de uma educação integral. A atividade lúdica libera a criança das limitações do mundo real, permitindo que ela crie situações imaginárias, possibilitando explorar, reviver e elaborar cenários que muitas vezes são difíceis de entender. O ato de brincar oferece às crianças oportunidades para desenvolver suas competências e habilidades intelectuais, emocionais, sociais e cognitivas de forma prazerosa e automotivadora. Desse modo, tornam-se mais resistentes ao estresse e menos propensas a comportamentos violentos e antissociais. Respeitar o direito de brincar é contribuir para a construção de uma cultura de paz, com base na harmonia e no prazer da convivência.

A importância do brincar

Crianças brincam! Brincam sozinhas, acompanhadas, animam objetos, imitam sons, são heroínas, choram e riem em suas brincadeiras. E porque estão brincando, podem amar e odiar livremente, protegidas pelo círculo mágico do jogo ou do ambiente lúdico. Costumamos ouvir que as crianças brincam na infância, mas seria mais preciso dizer que as crianças têm a infância para brincar. Ofereça à criança um pedaço de pau ou papel e logo haverá um maravilhoso mundo imaginativo pronto para tomar forma. O lúdico é fator constituinte da vida. É por meio dele

que a criança se constitui como sujeito. Nos primórdios de sua existência, o eu, num processo criador de interpretação do mundo, criou um território interno para sua realidade psíquica. Interpretar o mundo é “inventar” e dar-lhe sentido. O lúdico é o primeiro movimento da criança em direção ao seu potencial criador. A brincadeira é, para ela, um dos principais meios de expressão que possibilita a investigação e a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo. Valorizar o brincar significa oferecer locais e brinquedos que favoreçam a brincadeira como atividade que ocupa o maior espaço de tempo na infância.



Ambiente seguro, protegido e afetuoso

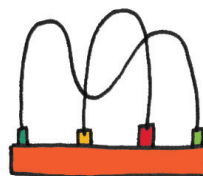
Quando um bebê vem ao mundo, o que ele mais precisa é encontrar um ambiente hospitaleiro. Segundo o pediatra e psicanalista D. W. Winnicott (1996), a ideia de sustentabilidade envolve o modo como o bebê é segurado e sustentado, de maneira confiável e acolhedora, por quem o recebe e dele cuida desde os primeiros minutos da vida. Essas serão as primeiras marcas, os primeiros registros de uma vida psíquica que ora se inicia. O ato do nascimento é importante para o bebê porque é nesse momento em que ocorre uma mudança radical da passagem de um ambiente para outro. Até então, ele se desenvolvia e habitava o útero materno, envolto na placenta, banhado pelo líquido amniótico, respirando e se nutrindo através do cordão umbilical que o ligava, inexoravelmente, à sua mãe.

A partir do seu nascimento, é necessário que se adapte à nova realidade. Existem duas situações inéditas com as quais o recém-nascido precisa lidar logo que chega ao mundo: o contato com a ação da gravidade, que não existia na vida intrauterina, e o início da respiração. Após o nascimento, a configuração ambiental é totalmente modificada. Essa mudança pode interferir na

sensação espacial do bebê, e, por essa razão, o cuidado materno de segurar e acolhê-lo em seus braços é essencial para dar a ele conforto e segurança.

Em sua extrema dependência, é fundamental que o recém-nascido consiga demonstrar seu bem-estar, bem como seus incômodos, para ser atendido em suas necessidades. Nesse cenário, o choro tem um papel importante enquanto forma de sinalização a ser captada pelo outro. Mas outros sinais podem surgir, como alterações do comer e do dormir.

A adaptação do bebê está longe de ser trivial e de caráter apenas fisiológico. É fundamental incluir a dimensão relacional em seu desenvolvimento. Winnicott conceituou esse ambiente como “ambiente facilitador”. A importância do contexto que envolve a experiência do nascimento de uma criança vai além da atenção e do cuidado que serão oferecidos pelos seus pais e familiares, sendo relevante também que a equipe de profissionais envolvida seja consciente e sensível aos cuidados oferecidos, que devem ir além da competência técnica, igualmente necessária.



Educação Positiva e métodos não violentos de educação

Educar é muito mais do que ensinar a obedecer e dizer o que é certo ou errado. É transmitir valores fundamentais que acompanharão a criança por toda sua vida. É estimular um comportamento ético, empático, solidário e reflexivo. É reconhecer e valorizar as boas condutas e, principalmente, é dar o exemplo. É importante pensar sobre o que queremos ensinar às nossas crianças em longo prazo. Caso pretendamos ensiná-las a serem pacíficas, precisamos nos mostrar seres pacíficos. Se quisermos ensiná-las como permanecerem em segurança, devemos explicar como devem agir.

“A paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida pelo entendimento.”

Albert Einstein, físico.

É preciso quebrar o ciclo

Ao longo dos anos, aceitou-se a crença de que bater, impor castigos, lançar olhares ameaçadores seriam formas adequadas de educar. Entretanto, tais atitudes são formas sutis e veladas de violência, cuja gravidade muitas vezes escapa ao juízo da sociedade e expõe a desigualdade na relação entre adultos e crianças. Elas podem ganhar

novas roupagens, mas têm sempre como pano de fundo a humilhação, seja quando o pai grita com o filho ou quando o professor dá castigo perante os demais alunos. Muitas pessoas manifestam apoio a palmadas e outras formas de violência contra a criança, fazendo menção à própria experiência violenta de infância, dizendo que, mesmo tendo apanhado e até sido vítimas de outras formas de abusos, não se tornaram pessoas más. Vem daí a frase: “Apanhei e sobrevivi”. Mas sobreviver não é o bastante. É preciso quebrar este ciclo e educar nossas crianças, desde a primeira infância, com respeito e afeto para que elas reconheçam sua própria dignidade e tenham um futuro sereno, tanto em relação à saúde mental como à inteligência emocional e social (SENA; MORTENSEN, 2014).

Palmadas não educam

Os castigos físicos e as humilhações proporcionam resultados distintos nas crianças, uma vez que têm relação direta com as experiências vivenciadas por cada uma delas em sua configuração familiar. Mas não há dúvidas: transmitem sempre a mensagem implícita de que a violência é uma maneira possível e aceitável de resolver conflitos e diferenças. Cedo ou tarde, esse aprendizado será replicado por ela em suas relações cotidianas, como com o irmão mais novo ou o colega da escola. Outra consequência comum é a criança desenvolver um perfil retraído, tímido e introvertido, apresentando baixa autoestima, medo e submissão e tornando-se insegura e passiva. Quando apanha, ela aprende que é batendo que

comunicamos coisas importantes. E pior, assimila a ideia de que deve ter medo de seus pais ou educadores, ao invés de confiar neles para ajudá-la e ensiná-la. Palmadas só provocam dor, humilhação e confusão mental.

Quando a criança deixa de fazer algo porque apanha, ela não aprende nada; apenas se sente ameaçada, assustada e com medo. Por outro lado, quando deixa de fazer algo indevido porque alguém se dedicou, amorosamente e respeitosamente, a explicar a ela as consequências de seus atos e escolhas, ela aprende a ter limites e está, de fato, sendo preparada para a vida.

O pediatra espanhol Carlos Gonzalez (2005) afirma que crianças tratadas com carinho e respeito são carinhosas e respeitadoras. Não durante todo o tempo, é claro, mas durante a maior parte dele. Essa é a tendência natural, pois, para o ser humano, cooperação com outros membros do grupo é tão natural como andar e falar! Para que as crianças se tornem agressivas, temos de afastá-las do que seria seu caminho habitual. Crianças educadas com gritos: gritam. Crianças educadas com palmadas são mais propensas a agredir os outros.

Ferramentas construtivas

As crianças são essencialmente boas. Nasceram criativas, sedentas por estímulos, curiosas e espontâneas. Para que se mantenham assim, precisam que suas necessidades afetivas sejam supridas de maneira tão importante quanto suas necessidades

físicas. Nosso bem-estar, como seres humanos, está intimamente ligado à capacidade que nossos cuidadores têm de supri-las, sejam fisiológicas, de segurança, amorosas, afetivas ou de autoestima e autorrealização (HAGERTY, 1999). Assim, é fácil entender porque pais, educadores, gestores de saúde e de políticas públicas sociais devem se preparar para atender adequadamente às necessidades fundamentais das crianças sob seus cuidados.

Mas o que fazer quando os conflitos se tornam constantes? Como formar e educar as crianças sem recorrer ao castigo físico? A resposta está em utilizar estratégias de educação positiva que, ao invés de castigos, palmadas e humilhações, estimulam o desenvolvimento físico, emocional e social da criança de forma saudável e participativa. É essencial conhecer cada uma das fases do desenvolvimento infantil, compreender o que se pode esperar da criança e aceitar o que ela é capaz de oferecer naquele momento para poder entender as diversas situações na jornada da educação.

Por exemplo, a criança de 1 ou 2 anos que se joga no chão e faz birra age dessa forma porque está se sentindo frustrada e ainda não sabe o que fazer com tal sentimento nem como expressá-lo de outra maneira. Sua intenção não é irritar seus pais ou educadores. A birra, o famoso “chillique”, é apenas a resposta que ela encontra para mostrar seu aborrecimento, seu cansaço ou fome. É importante entender que não se trata de malcriação e que não é possível

exigir outro comportamento. Mas não ignore essa reação! Dê um tempo para ela se acalmar e converse. Nessa fase, em momentos de angústia e irritação, muitas vezes o contato físico, visual e o acolhimento emocional são tudo o que ela precisa. Embora as birras sejam desafiadoras e exijam altas doses de paciência, elas representam grande oportunidade para ajudar a criança a desenvolver conexões essenciais no cérebro, que ajudarão a lidar com o estresse no futuro (SUNDERLAND, 2006).

Uma ferramenta importante nessa jornada da educação é o diálogo, que deve ser usado sem moderação. Muitas vezes, uma conversa não é suficiente para que a criança mude de comportamento. É preciso ter paciência, repetir quantas vezes forem necessárias, em linguagem acessível e de acordo com a idade dela. Outra estratégia é economizar no não e dar ênfase ao “sim”. Não se trata de permitir que a criança faça tudo o que desejar, mas, sim, de oferecer opções. Em vez de proibir algo, direcione sua atenção para outra atividade. Em vez de “não desenhe na parede”, você pode dizer: “que

tal fazemos um lindo desenho nesta cartolina?”. Menos não, mais opções. Recurso eficiente, ainda, é corrigir da forma adequada: ao invés da relação erro/punição, vale aplicar a lógica do erro/consequência. A ideia de causa e consequência, tão comum na vida adulta, já deve ser incorporada à realidade infantil, pois é ela que transmite a noção de limites. A punição geralmente envolve duas situações inicialmente não relacionadas, como, por exemplo: “derrubou o sorvete no sofá? Vai ficar sem seu brinquedo predileto”. Não há relação entre os fatos. Vale, também, utilizar os reforços positivos à exaustão. Ao invés de criticar, procure elogiar os bons comportamentos da criança. Essa atitude reconhece emocionalmente seu esforço e ensina que vale a pena agir da maneira certa.

Perguntas importantes a se fazer em momentos como esses são: “Como eu gostaria de ser tratada(o) se estivesse no lugar dessa criança?”; “Como posso acolher o meu sentimento de irritação para cuidar melhor da educação dela?”.



É preciso superar a violência como forma de comunicação, pois esse padrão de convivência é prejudicial para o desenvolvimento da criança. Acompanhar e apoiar as famílias no processo de construção de novos modos de agir e de educar crianças e adolescentes e orientar sobre a resignificação das relações em prol da tolerância e da formação de vínculos protetores são atitudes que colaboram para a prevenção da violência.

Prevenção de acidentes e violência

O comportamento exploratório natural da criança pode colocá-la em situações que apresentem risco à sua integridade física. Por isso, é importante que as famílias adotem atitudes que promovam a segurança das crianças, considerando os fatores de risco, a vulnerabilidade e seu estágio de desenvolvimento. Atenção especial deve ser dada à segurança das crianças no trânsito e no ambiente doméstico. É importante que os profissionais desconstruam a ideia de que acidentes não podem ser evitados. É preciso contribuir para a prevenção de situações que coloquem em risco a integridade física e

mental da criança. A criação de um ambiente seguro é possível com a adoção de atitudes simples de proteção na esfera doméstica e ações educativas para evitar e prevenir acidentes, especialmente durante as visitas domiciliares, avaliando-se aspectos de segurança e orientando os responsáveis em relação às medidas necessárias para as crianças, com linguagem acessível, sem julgamentos e com utilização das recomendações da Caderneta de Saúde da Criança.

Acidentes podem ser prevenidos com a instalação de grades, redes, barreiras de proteção, entre outras medidas. Alguns acidentes, como afogamentos, sufocação, intoxicação, choques elétricos e queimaduras, podem ser evitados com o cuidado no armazenamento e uso de material de limpeza e medicamentos e com a supervisão contínua de um responsável. A educação no trânsito para as crianças e a utilização de equipamentos de segurança, mesmo em pequenas distâncias, contribuem para diminuir os acidentes ou a gravidade deles, caso ocorram.



Nutrição: aleitamento materno e alimentação adequada

O aleitamento materno é muito mais que nutrir a criança. Ele também é capaz de promover vínculo, afeto e proteção. A amamentação traz repercussões no estado nutricional da criança, na sua imunidade e capacidade de defender-se de infecções, contribui para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional e tem impacto na sua saúde em longo prazo, como a diminuição das chances de desenvolver hipertensão arterial, colesterol alto e diabetes. Além disso, é uma estratégia econômica e eficaz para a redução da morbimortalidade infantil.

A amamentação promove um momento de troca de olhares entre a mãe e a criança, além de poder fortalecer os vínculos afetivos entre esse binômio e toda a família que incentiva e apoia à amamentação. Essa relação com a amamentação, quando prazerosa, ou seja, realizada com afeto e confiança, proporciona a troca de sentimentos e gera a sensação de segurança e de proteção na criança. É importante reconhecer que para a

amamentação acontecer, a rede social de apoio é essencial, auxiliando a mulher a dedicar tempo e atenção para esse momento.

A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde é de que o aleitamento materno deve ocorrer até os 2 anos de idade ou mais da criança, sendo exclusivamente até o 6º mês de vida. A partir dos 6 meses, deve ser introduzida a alimentação complementar saudável, com alimentos seguros, acessíveis e culturalmente aceitos na dieta da criança, sendo esse um dos direitos humanos fundamentais e importantes na prevenção de distúrbios nutricionais de grande impacto na saúde pública. A forma como os pais se comportam em relação à alimentação infantil pode gerar repercussões duradouras no comportamento alimentar dos seus filhos até a vida adulta.



CAPÍTULO 3

Unindo forças pela primeira infância



Intersetorialidade: associa competência e multiplica resultados

Para alcançar a atenção integral à criança e ao desenvolvimento dela na primeira infância, é importante integrar os profissionais e serviços de saúde, educação, cultura, assistência social, direitos humanos, entre outros que estão presentes no dia a dia dela e de sua família, dando materialidade ao Sistema de Garantia de Direitos previsto na legislação sobre os direitos da infância”.

A essa integração damos o nome de interseccionalidade, que consiste em uma lógica de construção e operação das políticas públicas que potencializa recursos humanos, financeiros e materiais por meio do desenvolvimento de estratégias conjuntas de gestão e compartilhamento de informações pertinentes ao atendimento integral e integrado. A interseccionalidade associa políticas, conjuga saberes, une competências e multiplica resultados que ultrapassam a segmentação do atendimento, sendo, portanto, potente instrumento estratégico de atenção integral e integrado, pois transcende a atuação de políticas isoladas. “Essa transcendência se traduz como articulação de saberes e experiências, inclusive no ciclo vital da política, que

compreende procedimentos gerenciais dos poderes públicos em resposta aos assuntos de interesse dos cidadãos” (PEREIRA, 2010 apud LEAL; LEAL; CÉSAR, 2011, p. 11).

Criança: um ser integral e integrado

A interseccionalidade é necessária porque parte do entendimento de que a criança que acessa o serviço de saúde é a mesma que acessa a creche ou pré-escola da comunidade, o campo de esportes, o serviço social e os demais equipamentos disponíveis no território. Portanto, compreender essa criança como um ser integral e integrado favorece a garantia dos direitos fundamentais, sendo essencial que a abordagem da primeira infância envolva políticas sociais que dialoguem entre si, com ações coordenadas e integradas entre diferentes profissionais e setores convivendo com a visão do todo. Assim, o atendimento nas diversas áreas de políticas setoriais devem trabalhar alinhadas e de forma complementar.

Quando se perde a capacidade de ver a criança na sua totalidade, passa-se a acreditar que não há necessidade e nem é importante relacionar a questão que se está abordando com as demais questões que permeiam a vida da criança. A especialização cada vez mais aprofundada em temas sempre mais restritos, quando



descontextualizados do conjunto complexo que constitui o ser humano, pode acarretar riscos para sua integridade psíquica.

Políticas Públicas: uma visão em conjunto

O que mais interessa e deve presidir qualquer política pública na área dos direitos da criança é sua formação integral, como pessoa e cidadão. Por isso, é necessário que as especialidades e as ações setoriais convivam com a visão do todo e nele se articulem. O sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, ao analisar a crise mundial da sociedade de nosso tempo, afirma que os riscos que a humanidade está vivendo provêm da fragmentação dos olhares individualistas, interessados em particularidades, esquecendo-se da unidade do Planeta Terra. O caminho para sair da ameaça do abismo, segundo Morin, é voltar à visão da unidade e da interdependência de tudo e de todos.

Um grande apelo que se faz hoje nas políticas sociais é a reconstrução da visão holística da criança. E de que essa concepção seja indutora da articulação dos diferentes setores para uma ação conjunta ou coordenada. Os profissionais e serviços integrados no território podem juntos formar redes. “O conceito de rede se transformou em uma alternativa prática de organização, capaz de responder às demandas sociais no mundo contemporâneo” (MEIRELLES; SILVA, 2007, p. 141).

“Rede é uma articulação política entre pares que, para se estabelecer, exige: reconhecer (que o outro existe e é importante); conhecer (o que o outro faz); colaborar (prestar ajuda quando necessário); cooperar (compartilhar saberes, ações e poderes) e associar-se (compartilhar objetivos e projetos). Estas condições preliminares resultam, respectivamente, em autonomia, vontade,



dinamismo, multiliderança, informação, descentralização e múltiplos níveis de operacionalização” (OLIVEIRA, 2001, p. 78).

Para que uma articulação em rede se fortaleça, é essencial que os distintos atores das organizações envolvidas se integrem, não somente para trocar experiências, mas, principalmente, para enfrentar problemas concretos e comuns, cuja solução não está ao alcance de um indivíduo ou de um serviço isoladamente. O processo de estruturação dessa rede no município deve considerar as características dos serviços ofertados no território e as especificidades das políticas sociais (saúde, educação, assistência, cultura, entre outras).

Nesse sentido, é fundamental que cada município organize e estruture sua rede de atenção à primeira infância de forma articulada.

Não há um setor mais importante que o outro. É preciso entender que a integração das ações é fundamental para o desenvolvimento das pessoas e da cidade em geral. A intersetorialidade requer uma nova cultura de desenvolvimento das políticas sociais e públicas: um diálogo frequente e contínuo, uma prática constante de reflexão e decisão conjunta compreendendo as potencialidades de cada área e as habilidades de cada equipamento e suas equipes.

Desafio: crianças em situação de vulnerabilidade

Conforme diversas áreas do conhecimento, há uma infinidade de conceitos e definições para a expressão “vulnerabilidades”. Vulnerabilidade implica risco, fragilidade ou dano. Relaciona-se à exposição a contingências e tensões e às dificuldades de lidar com elas.



Nesse sentido, pode ser uma condição dos indivíduos e grupos frente a acontecimentos de diversas naturezas: ambientais, econômicas, fisiológicas, psicológicas, legais e sociais (BRASIL, 2013).

A Política Nacional de Assistência Social (Pnas), por exemplo, aponta que as situações de vulnerabilidade podem decorrer da pobreza, da privação, da ausência de renda, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da intempérie, da calamidade, da fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, à deficiência etc., a que estão expostas as famílias e os indivíduos e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção do Estado (BRASIL, 2004).

Na perspectiva da política de assistência social, a vulnerabilidade não se trata de uma condição fixa. Ela é, antes, uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história. Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de diferentes maneiras, o que exige uma análise especializada para a sua apreensão e respostas intersetoriais para o seu enfrentamento. Caso não compreendida e encarada, há uma tendência de que a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias se perpetue por ciclos intergeracionais, afetando os diversos membros que as integram: crianças, adolescentes, adultos e idosos. Além disso, quando as situações de vulnerabilidade social não são prevenidas ou enfrentadas, tendem a tornar-se situações de risco, que são situações de violação de direitos.

Algumas etapas do ciclo de vida são especialmente mais vulneráveis, como é o caso da primeira infância, em razão da situação de dependência e pouca autonomia das crianças. Assim, ao pensar sobre



o desenvolvimento da criança durante a primeira infância, é preciso considerar que muitas delas estão em vulnerabilidade, não só no que diz respeito à garantia de sua sobrevivência, mas também em outros aspectos que interferem em seu pleno desenvolvimento. São crianças que, por diferentes razões, encontram dificuldades de acessar os seus direitos previstos em lei em decorrência de variadas situações:

- crianças indígenas;
- crianças negras;
- filhas de mulheres privadas de liberdade;
- crianças em situação de rua;
- crianças ribeirinhas;
- crianças quilombolas;
- crianças com deficiência;
- crianças expostas ao uso abusivo de álcool e outras drogas;
- crianças que trabalham;
- crianças em situação de violência.

Nesses casos, torna-se ainda mais necessária a articulação de redes eficazes e capazes de proteger essas crianças e garantir que elas tenham acesso aos recursos disponíveis para um desenvolvimento sadio e para a construção de um futuro melhor. Para unir forças em prol da infância, avalie com os demais profissionais as questões a seguir:

- Quem são as crianças mais vulneráveis da sua região?
- Quais são os serviços hoje disponíveis?

- Eles atendem à demanda?
- Como qualificar esses serviços e quais recursos estão disponíveis para isso?
- Quais são as articulações intersetoriais possíveis?
- Como fazê-las?

Crie espaços de discussão com representantes de cada um dos setores de seu município para responder às perguntas anteriores. Uma vez que tais questões estejam esclarecidas no território, é possível criar planos de ação ou linhas de cuidado para promover a atenção integral às crianças de primeira infância.



Caderneta da Criança: **passaporte da cidadania**

A Caderneta de Saúde da Criança (CSC) é um documento individual com informações indispensáveis para balizar a avaliação dos indicadores de crescimento, desenvolvimento e morbidade da criança do nascimento até os 9 anos. A partir dos 10 anos a Caderneta a ser utilizada é a do adolescente. É um instrumento de prática de atenção em linhas de cuidado que favorece o acompanhamento integral à saúde da criança e uma potente ferramenta de comunicação entre profissionais, serviços e cuidadores.

O conteúdo da Caderneta comporta informações sobre os direitos dos pais e das

crianças, sinais de perigos à saúde, os primeiros cuidados com o bebê, aleitamento materno, alimentação saudável, vacinação, consultas de puericultura e orientações para a promoção da saúde e prevenção de acidentes e violências, entre outros.

Seguindo a tendência do olhar intersetorial e da atenção integrada, o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social, elaborou a Caderneta da Criança que além das informações atuais, alargou o diálogo com as políticas da educação e assistência social, ampliou os marcos do





desenvolvimento de 3 para 6 anos de idade, acrescentou as Curvas Internacionais do crescimento para crianças prematuras (Intergrowth) e pautou informações sobre criança e consumo e o acesso precoce aos meios de comunicação.

Marcos do desenvolvimento

No componente do desenvolvimento na primeira infância, mantém-se no conteúdo da Caderneta o “Instrumento de Vigilância do Desenvolvimento” que possibilita aos profissionais e cuidadores o acompanhamento mês a mês do desempenho afetivo, psicomotor e emocional da criança.

Além desses marcos, também é ofertado aos cuidadores, um conjunto de orientações para a prática do diálogo afetivo na convivência com a criança com vistas ao favorecimento do desenvolvimento mental, emocional e de socialização da criança e o fortalecimento de vínculos.

Vale ressaltar que a observação contínua pelos cuidadores é muito importante, pois subsidia e complementa a avaliação feita pelo profissional no momento da consulta. Por ser a Caderneta um documento que permite registrar os fatos mais significativos da saúde infantil, ela facilita a comunicação entre os profissionais inter e intrasserviços e favorece o diálogo com a família.

Para os cuidadores, a Caderneta é um material de fácil manuseio que permite identificar as condições de crescimento e desenvolvimento socioafetivo de seus filhos

e a obter informações que se sinta fortalecida, uma vez que seu conteúdo oportuniza reconhecer os direitos sociais advindos da maternidade/paternidade e identifica os deveres no cuidado com a saúde da criança. Para a criança a Caderneta é mais que a expressão da cidadania, é a conquista de seus direitos.

É um direito

Toda criança que nasce no Brasil tem direito a receber a Caderneta ainda na maternidade pública ou privada. É o passaporte da cidadania e deve ser levada em todas as consultas e atendimentos da criança, pois é por meio dela que os profissionais de saúde poderão acompanhar seu crescimento e desenvolvimento, anotando as informações necessárias sobre seu estado de saúde e orientando a família sobre o atendimento e os cuidados necessários. A Caderneta Intersetorial traz espaços que comportam informações sobre a situação educacional, bem como o acesso aos programas sociais da criança e/ou família, quando for o caso.

Estimulando o desenvolvimento da criança com afeto

A primeira infância, de zero a 6 anos, é um período muito importante para o desenvolvimento mental, emocional e de socialização da criança.

Por isso, o acompanhamento com um profissional de saúde é fundamental. Seguem orientações propostas para pais e cuidadores.

Do nascimento até os 2 meses de idade

- Para que o bebê se desenvolva bem, é necessário, antes de tudo, que ele seja amado pela família e que ele procure compreender seus sentimentos e satisfazer às suas necessidades.
- Converse com o bebê de maneira carinhosa, buscando contato visual. Lembre-se de que ele reconhece e se acalma com a voz da mãe ou do responsável pelos seus cuidados. Nesse período, o bebê se assusta com sons ou ruídos inesperados e altos.
- Preste atenção no choro do bebê. Ele chora de jeito diferente dependendo do que está sentindo: fome, frio/calor, dor, necessidade de aconchego...
- Estimule o bebê, mostrando-lhe objetos coloridos a uma distância de, aproximadamente, 30 cm.
- Para fortalecer os músculos do pescoço do bebê, deite-o de barriga para baixo e chame sua atenção, provocando-o a levantar a cabeça.

De 2 a 4 meses

- Brinque com o bebê, conversando e olhando para ele.
- Ofereça objetos para o bebê pegar com as mãos.
- Coloque o bebê de bruços, apoiado em seus braços, e brinque com ele.
- Observe que o bebê tenta “conversar”, falando “aaa”, “qqq”, “rrr”.

De 4 a 6 meses

- Ao oferecer algo para o bebê (comida, brinquedo etc.), aguarde para ver sua reação. Com isso, ele aprenderá a expressar aceitação, prazer e desconforto.
- Acostume o bebê a dormir mais à noite.
- Ofereça ao bebê brinquedos a pequenas distâncias, dando a ele a chance de alcançá-los.
- Proporcione estímulos sonoros, fora do seu alcance visual, para que o bebê tente localizar de onde vem o som.
- Estimule-o a rolar, mudando de posição (de barriga para baixo para barriga para cima e vice-versa).

De 6 a 9 meses

- Demonstre à criança atenção aos seus pedidos.
- Dê à criança brinquedos fáceis de segurar, para que ela treine passar de uma mão para a outra.
- Converse com a criança, cante, use palavras que ela possa repetir (“dadá”, “papá” etc.).
- Coloque a criança no chão em cima de uma esteira ou colchonete e estimule-a a sentar-se, arrastar-se e a engatinhar.

De 9 meses a 1 ano

- Brinque com a criança cantando músicas e fazendo gestos (bater palmas, dar tchau etc.), solicitando sua resposta.
- Coloque ao alcance da criança objetos pequenos para que ela possa apanhá-los, usando o movimento de pinça. Muito cuidado para que ela não coloque esses objetos na boca, no nariz ou nos ouvidos.
- Converse com a criança e use livros com figuras. Ela pode falar algumas palavras e entender ordens simples, como dar tchau.
- Deixe a criança no chão para que ela possa levantar-se e andar apoiando-se ao redor.

De 1 ano a 1 ano e 3 meses

- Seja firme e claro com a criança, mostrando-lhe o que pode e o que não pode fazer.
- Afaste-se da criança por períodos curtos, para que ela não tenha medo da sua ausência.
- Estimule o uso das palavras ao invés dos gestos, usando rimas, músicas e sons.
- Ofereça à criança objetos de diversos tamanhos, para que ela aprenda a encaixá-los uns nos outros.
- Crie oportunidades para a criança andar sozinha com segurança.

De 1 ano e 3 meses a 1 ano e 6 meses

- Continue sendo claro e firme com a criança, para que ela aprenda limites.
- Conte pequenas histórias, ouça música com a criança e dance com ela.
- Dê ordens simples, como: “Dá um beijo na mamãe!”, “Bate palminha!”.
- Dê à criança papel e giz de cera para estimular sua criatividade.
- Crie oportunidades para a criança andar não só para frente, mas também para trás.

De 1 ano e 6 meses a 2 anos

- Estimule a criança a colocar e a tirar suas próprias roupas.
- Ofereça brinquedos de encaixe, que possam ser empilhados, e mostre como fazer.
- Mostre à criança figuras nos livros dizendo seus nomes.
- Brinque de chutar bola.
- A criança começa a juntar palavras e a falar frases simples.
- A criança, nessa fase, demonstra ter vontade própria, testa limites e diz muito não.

De 2 anos a 2 anos e 6 meses

- Continue estimulando a criança para que ela se torne independente em atividades diárias, como se alimentar, tomar banho e se vestir.
- Comece a estimular a criança, sem exercer pressão ou repreendê-la, a controlar a eliminação de fezes e urina. Gradativamente, estimule o uso do banheiro.
- Incentive a criança a brincar com outras crianças.

De 2 anos e 6 meses a 3 anos

- Converse bastante com a criança, peça para ela contar sobre suas brincadeiras e nomes de amigos.
- Coloque a criança em contato com livros infantis, revistas, papel, lápis, giz de cera. Leia e conte histórias, brinque de desenhar, recortar figuras, colar.
- Mostre à criança figuras de animais, peças do vestuário, objetos domésticos e estimule-a a falar sobre eles.
- Envolver mais pessoas nas brincadeiras.

CAPÍTULO 4

Famílias fortalecidas para a promoção do desenvolvimento infantil



Cada família é única e tem sua própria história, suas características, crenças e valores. A realidade social, o nível de instrução dos adultos, o histórico familiar, entre outras questões, podem variar muito de um lar para outro. Saber acolher a realidade de cada família, com sensibilidade e sem julgamentos, é fundamental para criar vínculos e estabelecer uma relação de confiança.

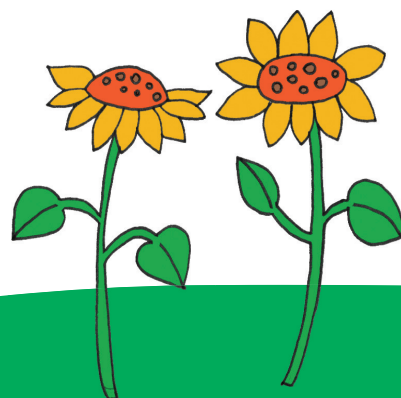
No cotidiano, profissionais que estão em contato com as famílias podem contribuir ativamente para o desenvolvimento de crianças de primeira infância. Por menor que seja o tempo disponível, é possível inserir, aos poucos, conceitos e valores importantes para um desenvolvimento saudável, como respeitar os direitos da criança, dedicar alguns minutos do dia para brincar com ela e expressar afeto e carinho. Os pais e cuidadores precisam saber que, embora existam características gerais esperadas em cada etapa de desenvolvimento, cada criança tem seu ritmo próprio, que deve ser respeitado. A fala, o olhar, os gestos, as informações transmitidas em linguagem simples e acessível podem fazer enorme diferença na construção do vínculo. Uma boa comunicação significa que existe respeito aos pensamentos, crenças e cultura das pessoas.

Isso significa que não se deve dizer a uma pessoa o que ela deve fazer ou forçá-la a agir de determinada forma. Cada profissional, em suas atividades cotidianas, pode usar

habilidades de comunicação para ouvir e aprender sobre os valores dos pais e cuidadores, seus níveis de conhecimento e suas práticas, fornecer informações e sugerir mudanças caso sejam necessárias.

Alguns recursos podem ser utilizados em uma conversa, como:

- sentar no mesmo nível e próximo da pessoa;
- remover barreiras físicas, como mesas ou outros objetos;
- prestar atenção nela, evitar se distrair e mostrar que está ouvindo o que diz;
- não apressar a conversa e não olhar para o relógio;
- fazer perguntas abertas e que estimulem a pessoa a fornecer mais informações, e não apenas responder com sim ou não; em geral, perguntas abertas começam com: como, quando, onde, por que;
- demonstrar empatia e evitar palavras que pareçam envolver julgamento;
- aceitar o que a pessoa pensa ou sente;
- reconhecer e elogiar os esforços da família;
- fornecer informações relevantes em linguagem adequada;
- oferecer sugestões ao invés de dar ordens.



Orientações aos pais e cuidadores de crianças de primeira infância

O que os profissionais podem fazer:

- Conversar e explicar à família que toda criança precisa ser amada e deve aprender a confiar.
- Dizer aos cuidadores que demonstrem segurança e carinho com a criança por meio de abraços e beijos.
- Pedir à família que procure olhar nos olhos da criança. Isso é muito importante para o fortalecimento da relação afetiva.
- No caso de bebês, orientar que falem com voz suave e sorriam durante a alimentação, amamentação, banho, troca de fraldas e roupas e nas demais atividades que realizarem.
- Incentivar cuidadores a cantar para o bebê. A música pode auxiliar no desenvolvimento da criança, pois chama sua atenção e estimula a linguagem.
- Falar sobre a importância do brincar no desenvolvimento da criança.
- Orientar a família a levar a criança para explorar o espaço externo da casa.
- Aconselhar a família a contar histórias e, se possível, ler para as crianças.
- Mostrar a importância da relação com outras crianças da família, pois elas também auxiliam no desenvolvimento e aprendizagem.
- Fazer a família reconhecer os saberes dos mais velhos e valorizar a relação intergeracional em família e comunidade.
- Mostrar a importância de inventar-se com a criança, fazer de conta como ela, aprender a ludicidade de ver e viver a vida que ela bem conhece e pode ensinar.
- Orientar a mãe sobre amamentação, desde a gravidez, falando dos benefícios dessa prática para a saúde dela e do bebê. Além disso, é importante que ela seja acompanhada mesmo após o parto para que ela se sinta confiante e tranquila na prática da amamentação.
- Ressaltar que a criança precisa consultar, regularmente, o pediatra ou médico da família e estar com as vacinas em dia, seguindo o calendário disposto na Caderneta da Criança.



A ida para a escola

A ida para a escola pela primeira vez é um momento muito importante na vida da criança. Surgirá uma nova pessoa de referência em sua vida, que é o professor, além de novos amigos com os quais deverá compartilhar, brincar e aprender.



Para ajudar pais e cuidadores em sua preparação para essa nova etapa, os profissionais podem orientá-los com as seguintes dicas:

- Falar da escola para a criança, muito tempo antes, como um lugar agradável, onde aprenderá muitas coisas novas.
- Falar dos novos amigos que vai fazer, da professora, de como é a escola e o que acontece por lá.
- Não ameaçar a criança, colocando a escola como um lugar de castigo.
- Levar a criança para conhecer a escola e sua futura professora ou professor, bem como suas dependências (pátio, refeitório, salas de aula, biblioteca etc.).

A criança aprenderá coisas novas, e a participação dos pais e cuidadores nesse processo pode ajudá-la.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145, de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2004/CNAS%202004%20-%20145%20-%2015.10.2004.doc>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculo**. Brasília, 2013.

GONZÁLEZ, C. **Bésame mucho**: como criar seus filhos com amor. São Paulo: Timo, 2005.

HAGERTY, M. R. Testing Maslow's hierarchy of needs: national quality-of-life across time. **Social Indicators Research**, [S.l.], v. 46, n. 3, p. 249-271, 1999.

LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; CÉSAR, M. C. **Matriz intersetorial de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes**: relatório. Brasília, 2011. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/Direitos_da_Criana_e_do_Adolescente/RelatorioMatriz.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

MEIRELLES, Z. V.; SILVA, C. A. Redes de apoio à saúde da mulher adolescente/jovem vítima de violência. In: TARQUETE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 208 p.

OLIVEIRA, F. Redes: o desafio da democratização dos saberes e poderes, limites e possibilidades. In: SEMINÁRIO Combate à Violência Contra a Mulher. Minas Gerais: Conselho Estadual da Mulher de MG, 2001.

SENA, L. M.; MORTENSEN, A. C. K. **Educar sem violência**: criando filhos sem palmadas. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2014.

SUNDERLAND, M. **The science of parenting**. Nova York: DK Publishing, 2006.

Bibliografia

BENJAMIN, W. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brinquedos e brincadeiras de creche**: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Crêterios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

DAVIS, M.; WALLBRIDGE, D. **Limite e espaço**: uma introdução à obra de D.W. Winnicott. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

DENBOBA, A. D. et al. **Intensificando o desenvolvimento da Primeira Infância**. 2014. Disponível em: <<http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/intensificando-o-desenvolvimento-da-primeira-infancia.aspx>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DURRANT, J. E. **Positive discipline**: what it is and how to do it. Bangkok: Keen Media, 2007.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. 1920. v. XVIII. In: EDIÇÃO Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976. 24 v.

_____. Para além do princípio do prazer. 1920. In: OBRAS Completas. Madri: Biblioteca Nueva, 1967. v. 1, p. 1097-1125.

MORIN, E. **Rumo ao abismo?**: ensaio sobre o destino da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ROSÁRIO, S. E. **Brincar de viver**: experimentações entre Winnicott, Deleuze e Guattari. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

SAINT-EXUPÉRY, A. **Cidadela**. São Paulo: Editora Quadrante, 1996.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WINNICOTT, D. W. O ambiente saudável na infância. In: _____. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 51-59.

_____. O desenvolvimento emocional primitivo. 1945. In: _____. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

Links

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **O que é Primeira Infância**. ©2013. Disponível em: <<http://www.fmcsv.org.br/pt-br/Paginas/primeira-infancia.aspx>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

PORTAL BRASIL. **Política vai fortalecer ações de promoção da saúde da criança**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2015/08/politica-vai-fortalecer-acoes-de-promocao-da-saude-da-crianca-brasileira>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

RIO GRANDE SUL. Secretaria da Saúde. **Guia da Família**. Primeira Infância Melhor. 7. ed. Porto Alegre: CORAG, 2016. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/guia-da-familia-acervo/>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

_____. Secretaria da Saúde. **Primeira Infância Melhor: eixos**. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/eixos/desenvolvimento-na-primeira-infancia/>>. Acesso: 26 abr. 2017.

_____. Secretaria da Saúde. **Programa Primeira Infância Melhor: guia de orientação para GTM, monitor evisitador**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://publicacoes.fundatec.com.br/home/portal/concursos/publicacao/legislacao/leis/GuiaDeOrientacaoParaGTMMonitorEVisitador.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

UNICEF. **Situação mundial da infância 2008**: Caderno Brasil. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.unicef.org/lac/cadernobrasil2008.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ISBN 978-85-334-2568-2



DISQUE SAÚDE

136

Ouvidoria Geral do SUS
www.saude.gov.br

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



MINISTÉRIO DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E AGRÁRIO

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
SAÚDE